

ATA NÚMERO DEZASSETE

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Tomada de posse do representante dos docentes, professora Josefina Ventura, do Agrupamento de Escolas de Ovar;

Ponto 3: Apreciação do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento;

Ponto 4: Análise do Relatório final dos resultados escolares do 1.º, 2.º e 3.º ciclo;

Ponto 5: Análise do Relatório final dos resultados escolares do ensino secundário;

Ponto 6: Apreciação do Relatório final da Cantina 2014/2015, da ADS e da ESJMF;

Ponto 7: Aprovação do Relatório de Execução do Plano Anual de Atividades;

Ponto 8: Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2015/2016;

Ponto 9: Apreciação e aprovação da Proposta de Critérios de Avaliação no que respeita aos pesos do exame PET for Schools;

Ponto 10: Melhoria dos resultados escolares: a preparação para os exames de final de ciclo.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia - A Presidente deu início à reunião desejando um bom ano pessoal e profissional a todos os conselheiros. Seguidamente, foi aprovada a ata número dezasseis. De seguida, o conselheiro José Lopes leu o documento que será transcrito na íntegra *“Com o ano letivo 2015/16 em andamento, quando o Conselho Geral faz a sua primeira reunião no novo ano letivo, gostaria de recordar parte do*

editorial escrito pela senhora Diretora no jornal “Trinca Cevada” nº6 de junho. A certa altura é afirmado que, “O ano letivo terminou, é tempo de avaliações, é tempo de balanços, é tempo de reformulações; há que mobilizar saberes e competências que irão permitir atingir os objetivos traçados; há que mobilizar sinergias que possibilitem preparar novos caminhos, potenciando cada uma das oportunidades e encontrando soluções para ultrapassar os confrangimentos e contratemplos que a todo o momento marcam presença” (fim de citação). Fiquei então convencido que ia ser possível um espaço de debate democrático que aprofundasse muitos dos tais constrangimentos, com que, aliás nos temos vindo a deparar, e têm estado bem patentes nos relatórios que vão sendo disponibilizados para apreciação por este Conselho Geral. Mas ao contrário do que seria de esperar em devido tempo, este órgão estratégico limitou-se a não exercer as suas competências para além das mínimas, persistindo em não tomar iniciativa

Nesta lógica, o C.G. teve oportunidade de analisar o documento “Plano de Melhorias” como resposta ao processo de avaliação externa realizado pela Inspeção (IGEC) em fevereiro de 2015, cujo relatório destaca a necessidade de consolidação de autoavaliação como oportunidade de melhoria e como instrumento de reflexão e de debate. O “Plano de Melhorias” cujo objetivo é o mesmo da missão da Escola ou seja, “melhorar o seu desempenho funcional com consequências positivas nos resultados e na prestação do serviço educativo do Agrupamento de Escolas de Ovar”. Assim sendo o CG poderia ou deveria analisar como vão ser atingidos tais objetivos, uma vez que, para além de todos os mecanismos previstos para uma adequada autoavaliação, fundamental para se corrigirem caminhos que permitam melhorar resultados, há, no entanto o fator determinante nisto tudo, que é o envolvimento, a motivação e o estímulo dos meios humanos, que permitam atingir os objetivos da missão da Escola agora absorvidos pelo “Plano de Melhorias” e transforma-los durante as várias etapas em resultados concretos, para que depois a nível nacional os resultados não sejam apresentados em função de estatísticas e estratégias políticas de ocasião para a educação. Felizmente que os mais recentes dados tornados públicos, afirmam que as escolas públicas preparam melhor os alunos para terem sucesso no superior. Desvalorizado que está a ser o papel deste CG, que não ousou sequer recomendar a importância de um atempado balanço do ano letivo anterior, que permitisse fazer balanço e sugerir reformulações, para se encontrarem soluções e mobilização de sinergias para um novo ano letivo. Ao contrário dessa necessidade de valorização deste órgão de gestão, estamos aqui hoje para burocraticamente tomar conhecimento de

relatórios e aprovar os que a lei assim determina entre as suas competências. Pode-se então perguntar, como se galvaniza uma comunidade escolar e educativa para os desafios que estão colocados desde logo no referido “Plano de Melhorias”? É por decreto que vamos atingir os resultados? Que oportunidade é proporcionada a esta comunidade para se mobilizarem efetivas sinergias transformadoras? Sinceramente, para além do esforço dos profissionais da educação a tentarem fazer o seu melhor face aos dilemas da própria realidade social das famílias, que se reflete na escola e na sala de aula, não vejo muito mais indicadores que permitam vislumbrar caminhos muito diferentes que contrariem pelo menos alguns dos constrangimentos com que nos vimos deparando e vemos agravados com a evolução centralizada da gestão das escolas e agrupamentos. Por fim, quero lamentar o menosprezo que foi dado por este Conselho Geral à oportunidade de se pronunciar e posicionar, através de eventual parecer, sobre a Carta Educativa do concelho de Ovar que esteve em debate público ante da sua aprovação final pela Assembleia Municipal de Ovar. Tal sugestão tinha sido aqui dada sugerida em devido tempo, tendo aliás em conta, o fato de a Câmara Municipal de Ovar estar representada neste órgão pela sua Vereadora da Educação. Mas sem resposta ficaram igualmente outras propostas, como a possibilidade de reunião entre conselhos gerais, por exemplo, a nível concelhio. Resumindo, reafirmo que está nas nossas mãos e na nossa vontade, dotar este órgão de gestão estratégica do seu verdadeiro papel, assumindo as suas competências e garantindo que é o principal espaço democrático e representativo da comunidade, que urge dignificar e consolidar, contra eventuais pretensões da sua desvalorização e descaraterização”.

Após a leitura do documento, a Presidente discordou com o seu teor em relação ao Plano de Melhoria uma vez que este conselho contribuiu com propostas para a sua elaboração e, frisou também que todos os conselheiros são livres de apresentarem propostas para serem debatidas neste órgão. Acrescentou que o relatório de autoavaliação foi analisado por todos os membros deste conselho. Informou que a conselheira Ana Cunha se encontra em licença de maternidade e que o vice-presidente da Câmara Municipal de Ovar, Domingos Marques Silva será o representante deste órgão enquanto a referida conselheira estiver ausente. O mesmo interveio, relativamente ao documento lido, manifestando preocupação em relação à resposta dada à questão “Qual a função dos assistentes operacionais?” visto que oito destes assistentes não responderam ou não sabem as suas funções. Questionou ainda, que neste órgão, o

conselheiro José Lopes está como representante dos não docentes e não se representa a si próprio. De seguida, a conselheira Manuela Bornes referiu que, neste conselho, todos têm liberdade de dizer o que pensam e que dá a sua opinião e não aborda os restantes docentes sobre o que pretende dizer, apenas transmite posteriormente os assuntos tratados. Frisou que os inquéritos são anónimos e, por tal motivo, o conselheiro José Lopes não sabe quem desconhece as suas funções. Perante esta afirmação, o conselheiro Domingos referiu que o conselheiro José Lopes deverá promover uma reunião com os assistentes operacionais e suscitar esta questão. Em relação ao ponto antes da ordem do dia, a Diretora afirmou uma vez mais que discordava com este ponto na ordem de trabalhos, mas visto que não existe o ponto Informações, transmitiu as seguintes: o número de alunos que estão matriculados no Agrupamento está a decrescer, ou seja, o total é de dois mil, seiscentos e sessenta alunos distribuídos do seguinte modo: duzentos e noventa e sete no Pré-escolar; oitocentos e oitenta e três no 1.º Ciclo; quinhentos e dezasseis no 2.º Ciclo; quinhentos e trinta e um no 3.º Ciclo e quatrocentos e quarenta e um no Secundário e Cursos Profissionais. Destes alunos, quarenta por cento são carenciados, ou seja, mil e oitenta discentes. Informou que neste momento, todos os professores estão colocados, contudo alguns vão adoecendo e os mecanismos de substituição têm de ser cumpridos. Em relação ao Plano de Melhoria, a Diretora mencionou que este ainda não está homologado, mas isto não invalida que não tenhamos necessidade de o começar a desenvolver, cumprindo o estabelecido, pois há compromissos e todos os membros do Agrupamento estão envolvidos, tendo que prestar contas, havendo estruturas a trabalhar afincadamente no âmbito deste Plano que será avaliado periodicamente pelo conselho pedagógico.

Ponto 2: Tomada de posse do representante dos docentes, professora Josefina Ventura, do Agrupamento de Escolas de Ovar – A professora Josefina Ventura, professora do 2.º Ciclo de Inglês tomou posse neste órgão. A Presidente referiu que após a saída do conselheiro Francisco Bernardo e da conselheira Ana Cunha em licença de maternidade, a Comissão Permanente tem menos dois elementos. Daí a necessidade de arranjar dois substitutos e foi sugerido que integrassem os dois conselheiros substitutos. Ambos os conselheiros integram esta Comissão Permanente.

Ponto 3: Apreciação do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento –A Diretora mencionou que o Relatório de Autoavaliação do Agrupamento é o resultado da análise dos inquéritos aplicados à comunidade educativa do Agrupamento. Acrescentou que o

relatório apresenta uma visão da realidade deste Agrupamento e só terá significado se for, posteriormente, trabalhado nas diferentes estruturas. Frisou que foi um documento que exigiu muito trabalho da equipa que, muitas vezes, se reuniu em tempo de férias de alguns membros. Considera que é um documento com muita qualidade. De seguida, a Presidente referiu que este relatório está muito bem elaborado e verificou que se nota uma maior satisfação dos encarregados de educação em todos os ciclos. Acrescentou que em relação ao 1.º Ciclo, é interessante verificar como é que os alunos veem o professor titular. Na sua opinião, o pessoal não docente demonstra uma educação extrema e muita disponibilidade, quer com os pais, quer com os alunos, tanto na Escola Básica António Dias Simões como na Escola Secundária José Macedo Fragateiro, realidade que conhece. Em relação, à questão do inquérito sobre as funções dos assistentes operacionais, menciona que provavelmente os mesmos não perceberam o que era pedido. Acrescentou que há cento e trinta e duas crianças na educação especial e que os dados refletem isso. Seguidamente, o conselheiro Domingos Marques Silva salientou que os inquiridos que deram como resposta “*Não sabe*”, “*Não responde*”, estas respostas foram contabilizadas como “*Insatisfeito*”, o que originou uma leitura errada na parte da Conclusão. Pela análise que fez sobre os resultados, estes são globalmente positivos dada a dimensão do Agrupamento. De acordo com este conselheiro, os resultados dos inquéritos dão pistas para se melhorar. Seguidamente, a conselheira Josefina Ventura referiu que não compreende a discrepância entre os quadros da página 59 sobre a divulgação dos critérios gerais de avaliação e sobre a divulgação dos critérios gerais das atitudes e valores aos alunos e os quadros da página 60 relativos à apresentação dos critérios específicos de avaliação e aos critérios de avaliação das atitudes e valores. Questionou como é que nos primeiros quadros há uma percentagem elevada de não respostas enquanto nos segundos quadros existe 98% e 99% respetivamente. Acrescentou que divulgar é a mesma coisa que apresentar, logo, na sua opinião, dever-se-á rever as questões do questionário sobre este assunto. Em relação à indisciplina, a Presidente mencionou que há necessidade de a combater. A este propósito, a conselheira Manuela Bornes referiu que a indisciplina é a base do insucesso e começa no Pré-escolar e no 1.º Ciclo. Acrescentou que os pais, muitas vezes, não sabem lidar com esta situação. A conselheira Teresa Cruz também manifestou a sua preocupação, afirmando que os pais vão poucas vezes à escola e participam pouco na vida escolar dos filhos. A este propósito, a Diretora reafirmou que os pais não atendem os telefonemas vindos da escola mesmo recorrendo a diferentes números de telemóveis.

Relatou várias situações que comprovam isto mesmo. De seguida, a Presidente referiu que os alunos e alguns encarregados de educação não têm respeito pelos professores nem pelos funcionários e isto fragiliza a posição dos mesmos. A Diretora salientou que o cumprimento de regras deverá começar no Pré-escolar e verifica que as crianças tratam os educadores por tu. A conselheira Margarida Cardoso interveio, dizendo que de facto este tratamento em relação ao professor/educador está instalado. Reconhece que os pais têm uma atitude muito permissiva em relação aos filhos. Seguidamente, a conselheira Teresa Dias acrescentou que pede aos seus alunos para utilizarem no seu vocabulário palavras de cortesia em relação aos outros. Frisou que ficou surpreendida quando uma aluna lhe respondeu que eram palavras mágicas. A conselheira Teresa Andrade referiu que é uma luta constante para educar os alunos. Salientou que estes estão habituados a tratarem os professores por tu, sentam-se com a perna cruzada debaixo da cadeira. A este propósito, a Presidente mencionou que o saber estar tem que ser trabalhado nas aulas. De seguida, o conselheiro José Lopes referiu que os alunos desafiam os assistentes operacionais e que há indisciplina dentro e fora das salas de aula. De seguida, a Diretora referiu que há alunos que chegam à escola antes das oito horas e trinta minutos, mas não ficam em frente à escola e os conselhos de turma devem estar atentos a estes comportamentos. De acordo com a Diretora, os alunos que manifestam comportamentos incorretos devem ser chamados à atenção. A conselheira Josefina Ventura mencionou que os alunos têm consciência da aplicação das sanções, contudo, continuam a não cumprir. Considera, ainda, que os processos disciplinares não resultam, pois a atuação não é imediata.

Ponto 4: Análise do Relatório final dos resultados escolares do 1.º, 2.º e 3.º ciclo – Após a análise do documento, a Presidente e os restantes conselheiros concluíram que houve melhoria nos resultados escolares em relação aos anos anteriores.

Ponto 5: Análise do Relatório final dos resultados escolares do ensino secundário – De acordo com a análise do relatório, os conselheiros verificaram que os resultados na disciplina de Economia foram muito fracos.

Ponto 6: Apreciação do Relatório final da Cantina 2014/2015, da ADS e da ESJMF –A conselheira Josefina Ventura referiu que os alunos no 2.º Ciclo desperdiçam muita comida, sobretudo, quando a refeição é peixe. Não sabem comer este alimento e pedem-lhe, inclusivamente, para lhe tirar as espinhas e partir o peixe. A conselheira manifestou

preocupação em relação aos hábitos alimentares dos alunos. Consta que a maioria dos alunos não come fruta às refeições. De acordo com a conselheira, há necessidade de inculcar hábitos alimentares saudáveis nos alunos. A Presidente referiu que muitos alunos carenciados em vez de comerem uma refeição na cantina, preferem ir ao bufete comprar um croissant. A Diretora respondeu que há muitos alunos carenciados que comem na cantina e que o aluno carenciado não é definido pela Direção. A este propósito a conselheira Manuela Bornes acrescentou que, normalmente, os alunos carenciados pertencem a um determinado grupo social onde não é prioritário a salada no prato. Nestas famílias, de acordo com a conselheira, os lanches da manhã são croissants, mas no final do mês, estas crianças já não trazem lanche. Verifica-se uma carência de saber na opinião da conselheira. Perante estas reflexões, a Diretora realçou a importância dos bons ensinamentos serem lecionados quer na disciplina de Ciências e na área de Educação para a Cidadania.

Ponto 7: Aprovação do Relatório de Execução do Plano Anual de Atividades –O conselheiro José Lopes leu o documento transcrito *“Na apreciação deste relatório final de execução do Plano de Atividades, ao contrário da estrutura de apresentação do relatório do 2.º período, não se pode concluir que este mantém a mesma linha de em cada tema assumir e partilhar conclusões que facilitavam o debate sobre os elementos fornecidos, fundamentalmente sobre os resultados escolares. Ao contrário dessa postura, de assumida identificação de elementos sobre “eventuais causas para os resultados menos conseguidos”, que no final do 2.º período era referido no relatório, e ainda que os relatórios sobre resultados escolares do ensino básico e do secundário também nos deem indicadores relativamente aos exames finais, parece que de repente se termina o ano letivo com o essencial das dificuldades resolvidas com algum sucesso, pelo menos comparando com as taxas de sucesso nacionais, nomeadamente no ensino básico, ainda que no 1º ciclo, o 2º ano continue a registar uma estranha taxa de repetições que continua a não merecer a devida atenção do próprio Ministério da Educação na contratação de técnicos que poderiam fazer a diferença nesta fase de aprendizagem, como seria fundamental ao nível da terapia da fala. Uma necessidade de investimento que justamente o relatório identifica com 20 alunos indicados no 1º ciclo. Realidade que exigiria deste Conselho Geral posição na continuação das iniciativas da direção do Agrupamento para que tal quadro não continue a prevalecer deixando alunos sem o necessário apoio nesta área específica. Comparativamente com*

os exames nacionais, as conclusões são objetivas e fundamentadas em resultados concretos, o que só pode ser motivo de satisfação, quando se considera e apresentam resultados como globalmente satisfatórios. A questão que se coloca, tendo em conta os indicadores que nos inquietavam em relatórios anteriores, é saber de forma clara como se deu o grande salto positivo e em que altura do ano letivo isso foi determinante para inverter uma realidade que vínhamos analisando com preocupação. Uma vez que, ainda não é certamente resultado dos objetivos a que se propõe o Plano de Melhoria na sequência das chamadas de atenção da Inspeção. Mas como estamos perante um relatório em que seria suposto fazermos algum balanço, gostaria de colocar as seguintes questões: - Sobre o pseudo ensino vocacional, uma vez que na minha opinião não passa de uma caricatura. Ainda que de forma mais suave, já que o relatório, no caso do ensino profissional fale de “menos constrangimentos” relativamente a anos anteriores, não deixa no entanto de reconhecer alguma “ausência de requisitos essenciais no que respeita às atitudes e valores e sem hábitos de trabalho”. Podia-se então esperar que em função destas conclusões alguma coisa mudasse. Mas não! Como não se reconhece que um docente é indiscutivelmente insuficiente para a realidade, por exemplo, da turma do curso de jardinagem, os comportamentos pouco recomendáveis para a preparação dos jovens fora da escola, continuam, e pior, promovem um ambiente deprimente na relação entre a escola e a comunidade, quando se assiste à generalidade da turma a ver o professor trabalhar duramente, não conseguindo mesmo pelo seu exemplo, envolver jovens adolescentes que ao fim de vários anos neste curso, mantêm uma postura pouco dignificante e mesmo insolente que lamentavelmente continua no início do novo ano letivo. O relatório em matéria disciplinar e com influência nos resultados escolares, também continua a não querer identificar realidades vividas em meio escolar como é o caso das dificuldades dos alunos de etnia cigana. Dificuldades que se refletem em comportamento de pouca assiduidade, pouco aproveitamento escolar e sobretudo, de continuados comportamentos de indisciplina protagonizados pelos mesmos alunos durante a sua vivência escolar, sem que tais dificuldades na sua relação com as regras da escola mereçam a devida atenção, nomeadamente a necessidade de técnicos, como mediadores culturais, capazes de fazer a ponte entre a escola e esta comunidade, particularmente nos casos mais difíceis, tanto de indisciplina como de desinteresse por este tipo de escola, que aliás, não os reconhece como uma etnia nem muito menos a história deste povo, limitando-se a tentar aculturá-los. Sobre o importante recurso municipal como é a Piscina aqui

mesmo ao lado de escolas do Agrupamento, o relatório fala de uma aluna que com “alguma irregularidade na assiduidade e empenho” frequentou no âmbito de um PIT (Plano Individual de Transição) este equipamento. A questão que se coloca é saber que verdadeiras conclusões se tiram para um efetivo benefício do recurso da Piscina Municipal em colaboração com a Câmara Municipal de Ovar para muitos mais alunos do Agrupamento de Escolas de Ovar neste novo ano letivo.” Após a leitura do documento, a Diretora informou que a turma de jardinagem durante a parte prática está dividida em dois turnos, isto é, dez alunos por turma. Apenas, nas aulas teóricas é que estão juntos. Acrescentou que há dois ou três alunos de etnia cigana que têm problemas disciplinares para além da falta de assiduidade. De seguida, a Presidente referiu que muitos dos alunos ciganos se recusam a entrar nas salas de aula, facto que incomoda os professores, sendo um mau exemplo para os alunos que não são ciganos. A este propósito, a conselheira Teresa Dias mencionou que quando trabalhou na escola da Ribeira, os alunos de etnia cigana eram um grupo muito etnicizado, mas respeitavam os colegas, professoras e funcionárias. Contudo, faltavam muito às aulas. A conselheira Teresa Andrade referiu que os alunos ciganos não vão às aulas e a escola não tem respostas a dar. A conselheira Manuela Bornes interveio e mencionou que estes alunos não são considerados de Língua Portuguesa Não Materna (LPNM), apesar de quase não falarem o português. A Diretora referiu que estão envolvidas outras instituições para se resolver o problema, nomeadamente, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Cruz Vermelha.

Ponto 8: Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2015/2016 – Após análise do Plano Anual de Atividades, o documento foi aprovado por unanimidade. O conselheiro José Lopes, mencionou que devido à multiculturalidade existente no nosso Agrupamento, seria importante a solicitação de uma ação de formação ao Centro de Formação. A Diretora aproveitou para informar que o Agrupamento terá que disponibilizar formadores internos dentro do corpo docente com formação para tal.

Ponto 9: Apreciação e aprovação da Proposta de Critérios de Avaliação no que respeita aos pesos do exame PET for Schools -Após análise dos critérios de avaliação, o documento foi aprovado por unanimidade.

Dado o adiantado da hora e a ausência do conselheiro Rui Polónia que propôs o ponto **10: Melhoria dos resultados escolares: a preparação para os exames de final de ciclo – o mesmo ficará adiado para a próxima reunião.**

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros António Costa, Ana Paula Rodrigues, Manuel Silva, Rui Polónia e Francisco Andrade.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Teresa Andrade/ Teresa Dias

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira